

Vila mineira de Moatize: visões dos principais atores sobre as transformações em curso no território

João Thompson Armando Sitole^a

Resumo

No âmbito da pesquisa de doutoramento sobre as transformações territoriais decorrentes da exploração mineira, foi realizado na vila de Moatize (província de Tete, em Moçambique) um trabalho de campo exploratório visando compreender o papel dos três grupos de atores identificados (empresas de mineração, governo local e população) nas transformações em curso no território. Para o efeito, procedeu-se à análise de dados secundários, à observação direta, à realização de entrevistas semiestruturadas e à espacialização das transformações territoriais identificadas, com recurso ao Sistema de Informação Geográfica. Neste texto apresenta-se uma primeira análise das diferentes visões destes três grupos de atores, com diferentes interesses e racionalidades, sobre o impacto da mineração na economia, no tecido social, no meio ambiente, no território e na administração, bem como sobre os conflitos e situações de exclusão resultantes dos interesses divergentes entre empresas e população.

Palavra-Chave

Moatize, Vila mineira, Transformações no território (1975-2016), Diferentes visões e conflitos entre atores

Abstract

In the scope of the doctoral research on the territorial transformations resulting from mining exploration, it was carried out in the Moatize village (Tete province, in Mozambique) an exploratory field-work to understand the role of the three groups of identified actors (mining companies, local government and population) in the ongoing territorial transformations. For this purpose, it proceeded to the analysis of secondary data, observation, conduct of semi-structured interviews and spatialization of the identified territorial transformations, using the Geographic Information System. This paper presents an initial analysis of the different views of these three groups of actors, with different interests and rationalities, on the impact of mining on the economy, the social fabric, the environment, territory and administration, as well as on the conflicts and situations of exclusion resulting from divergent interests between business and population.

Keywords

Moatize, Mining town, Territorial transformations (1975-2016), Different visions and conflicts between actors.

Introdução

Como refere Castel-Branco (2010, 2014), a economia moçambicana vive desde meados da década de 1980 e, sobretudo, a partir do novo milénio, um processo de acumulação primitiva de capital por uma burguesia nacional emergente, ao mesmo tempo que é dominada por multinacionais ligadas à exploração e exportação de recursos minerais energéticos e estratégicos do ponto de vista global. A descoberta de novos recursos naturais energéticos em Moçambique (carvão, gás e petróleo), em quantidades com potencial de exploração industrial, colocam um conjunto de desafios (Selemane, 2009) e têm desencadeado

grandes mudanças territoriais no país, entre as quais: ações mais ou menos violentas de deslocação e reassentamento das populações que habitavam nas áreas com recursos naturais energéticos; afluxo de novas populações para estas áreas, à procura de trabalho; crescimento desordenado e descontrolado de aglomerados urbanos existentes; expansão de assentamentos sem ou com insuficientes infraestruturas urbanas (saneamento, água e eletricidade); surgimento e expansão de novos assentamentos espontâneos; aumento do número de habitações sem condições mínimas de habitabilidade; conflito social e territorial entre as populações, as empresas de exploração dos recursos e os governos locais.

^a Doutorando em Urbanismo na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian. Membro do Grupo de Estudos Urbanos, Socio-Territoriais e de Ação Local (Gestual, CIAUD, FA-UL). Email: thompsonsitole@gmail.com

levantamentos físicos, cartográficos e fotográficos das transformações territoriais em curso e realização de entrevistas semiestruturadas a representantes dos três grupos considerados: as empresas de exploração mineira, o governo local e a população.

Com este levantamento, pretendeu-se entender: (i) os impactes da exploração mineira nas condições de vida da população; (ii) o papel de cada grupo de atores nas transformações em curso no território; e (iii) as suas diferentes visões sobre o futuro da vila de Moatize. Como suporte ao lançamento das entrevistas, foi elaborado um guião com as principais questões a abordar, relacionadas com as grandes infraestruturas da vila, os impactes da exploração mineira, a paragem da mina com a chamada guerra dos 16 anos, as atividades económicas e o futuro da vila.

Foram efetuadas 20 entrevistas semiestruturadas, abrangendo os três grupos de atores previamente identificados: (i) quanto ao grupo de atores ligados às empresas de exploração de carvão, foram entrevistados um engenheiro mecânico da empresa Vale, um antigo colaborador dos primeiros estudos para implantação desta empresa em Moatize, uma assistente social e um arquiteto do serviço de relacionamento institucional e com a comunidade da Vale, bem como um assessor para o desenvolvimento das comunidades na empresa *International Coal Ventures Private Limited* (ICVL); (ii) quanto ao grupo de atores ligados ao governo (municipal, distrital e provincial), foram entrevistados o atual vereador de urbanização do Conselho Municipal da Vila de Moatize (CMVM), um antigo vereador reformado, um topógrafo do Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas (SDPI), dois secretários de bairros (um deles do bairro mais próximo da área onde atualmente ocorrem as detonações da mina), o responsável pelo Serviço Distrital de Planeamento e Infraestrutura (SDPI), do governo distrital, e um técnico de planeamento físico afeto à Direção Provincial do Ministério da Terra Ambiente e Desenvolvimento Rural; e (iii) quanto à população residente na vila de Moatize, foram entrevistados ativistas da sociedade civil local, antigos trabalhadores da mineradora estatal, antigos trabalhadores dos caminhos de ferro, senhoras domésticas e negociantes do sector informal¹. Os entrevistados dos dois primeiros grupos residem entre a vila de Moatize e a cidade de Tete e os do último grupo, a população, residem na vila de Moatize, no antigo acampamento mineiro e nos bairros da Companhia Carbonífera de Moçambique (CCM) e dos Caminhos de Ferro de Moçambique (CFT).

Para organizar e analisar os conteúdos das entrevistas semiestruturadas, contruiu-se uma grelha de análise das transformações estruturais ocorridas entre 1975 e 2016, para confrontar as diferentes perceções dos três grupos de atores entrevistados, em torno das dimensões económica, social, ambiental, territorial, institucional e da relação entre atores. Tomou-se como referência a metodologia de estudo dos impactes dos megaprojetos em abordagem interdisciplinar, adaptando-se a proposta formulada por Bruna (2016). Esta autora argumenta que os megaprojetos exercem influência a nível social e ambiental, pela operação em zonas previamente ocupadas por comunidades, e a nível infraestrutural, pela transformação espacial decorrente da implantação de infraestruturas e da modificação da paisagem, na extração de recursos naturais. Substituiu-se a noção de infraestruturas, apresentada pela autora, pela dimensão territorial, que remete para a área disciplinar do urbanismo em que se enquadra esta pesquisa.

Com base na análise desta grelha, procedeu-se a uma primeira reflexão que aqui se apresenta sobre as visões dos três grupos de atores, tendo em conta as dimensões acima referidas – económica, social, ambiental, territorial e institucional –, constituindo as duas últimas o cerne da pesquisa. A análise das entrevistas mostrou a recorrente comparação, pelos representantes da população e do governo, entre o período atual de mineração a céu aberto e o passado em que a mineração era subterrânea.

2. Periodização da exploração mineira em Moatize desde a independência

Para melhor contextualizar as diferentes visões dos três grupos de atores sobre os impactes da mineração nas dimensões de análise acima referidas, procede-se de seguida a uma breve descrição da situação nos três períodos identificados pelos entrevistados: primeiros anos de independência até 1993; entre 1993 e 2004; de 2004 até hoje.

Nos primeiros anos de independência, de 1975 a 1993, no quadro de uma economia planificada, a exploração de carvão era realizada por uma empresa estatal e processava-se em galerias subterrâneas na área urbana, como antes da independência. Permanecia então o acesso livre da população aos recursos naturais em redor da vila – pastagem, lenha, carvão vegetal, olarias, machambas (campos de cultivo) –, que constituíam meio de subsistência. A empresa de carvão absorvia grande percentagem da mão-de-obra local.

¹ Nos casos de informantes que não falavam português, recorreu-se ao secretário do bairro como tradutor.

Com a guerra dos 16 anos a atingir os territórios vizinhos, a sabotagem frequente da linha férrea, a interrupção da ligação com outros distritos e com a cidade da Beira, afluíram à vila novos habitantes refugiados, fugidos das zonas em guerra. Resultou um crescimento desordenado da vila, a degradação das infraestruturas e dos sistemas de abastecimento de água e, especificamente, a falência do sistema de abastecimento de água dos Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM). As infraestruturas básicas de abastecimento de água e eletricidade e os serviços básicos de educação e saúde, eram fornecidos pelas empresas públicas instaladas na região (CFM e CCM), que tinham como objetivo a melhoria das condições de vida das populações, embora enfrentando dificuldades para o desenvolvimento das suas atividades e obtenção de lucro, por causa da guerra.

De 1993 a 2004, com o fim da guerra dos 16 anos, uma parte dos refugiados regressou às suas zonas de origem, enquanto a outra parte se fixou na área periurbana da vila de Moatize. A atividade mineira continuou paralisada, sendo vendido o stock de carvão e indemnizados os trabalhadores, com vista ao fecho da empresa. No mesmo período, acentuou-se o desemprego local com as desmobilizações de militares na sequência dos Acordos de Paz. As atividades de subsistência nas machambas, a criação de gado, o aproveitamento do carvão e a tijolaria, intensificaram-se nos territórios virgens em redor da vila. A linha de Sena continuou paralisada, na expectativa de investimentos que permitissem reabrir as minas e voltar a pôr o comboio a funcionar. O parque imobiliário da CCM passou para o Estado, tendo sido dada a possibilidade de alienação aos seus ocupantes. A degradação do parque imobiliário continuou a acentuar-se e a vila adquiriu um aspeto de abandono. Em 1997, com o processo de municipalização, a vila ganhou autonomia da Administração Distrital e, em 1998, com a criação do Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água (FIPAG), os três sistemas de abastecimento de água da vila de Moatize foram reabilitados e unificados sob a gestão deste Fundo. Na sequência destas mudanças, no mesmo período, o governo lançou um concurso internacional para encontrar investidores que explorassem o carvão de Moatize.

Em 2004, a Vale, uma empresa brasileira, venceu o concurso internacional, tendo-lhe sido concessionado o território da vila. Após os estudos de viabilidade, começou a explorar o carvão em Moatize na nova modalidade de minas a céu aberto, com detonações, provocando poeiras, vibração e ruídos. Em 2009, a Vale construiu uma

cerca metálica para delimitar e proteger a sua área de exploração no limite com a vila, barrando o acesso da população aos recursos de subsistência, o que originou uma revolta e levou o governo a ordenar a retirada imediata da referida cerca. A Vale e a mineração não conseguiram absorver a mão-de-obra local, no geral com fraca qualificação, mas atraíram para a vila de Moatize novas empresas e diversos estabelecimentos comerciais, bem como pessoas à procura de emprego. Ainda no mesmo ano, a Vale expropriou mais de mil famílias e reassentou-as em duas zonas (700 famílias consideradas rurais reassentadas em Cate-me e 300 famílias consideradas urbanas reassentadas na vila de Moatize) (Pedro, 2011). As atividades de subsistência (machambas, criação/pastagem de gado, tijolaria e busca de lenha) das famílias da vila de Moatize não cessaram, constituindo focos de conflito territorial cada vez maior entre a Vale e as populações. Nesse ambiente, as construções da vila registaram crescimento rápido, descontrolado e desordenado, devido à crescente procura de parcelas em limites restritos da área urbana cercada pela área mineira (conflito entre a expansão urbana e expansão da mina). A par do crescimento da aglomeração e da disputa cada vez maior pelo solo urbano, as administrações, municipal e distrital, continuam desprovidas de meios técnicos materiais e financeiros para fazer face à conjuntura.

3. Visões sobre o impacto da mineração ao nível económico e social

Para Bruna (2016), o impacto da mineração ao nível económico e social observa-se nos seguintes âmbitos: (i) crescente procura no mercado local, baseada nas necessidades de funcionamento dos megaprojetos e dos agentes económicos interligados (trabalhadores migrantes, nacionais ou estrangeiros, empresas de estudos, transportes e comunicações, hotelaria, entre outros); (ii) crescimento económico, que pode resultar em desenvolvimento económico quando tem impacto na qualidade de vida e bem-estar da população (e.g. rendimento, saúde e educação, segurança do cidadão, segurança social); (iii) especulação de títulos de direito de uso e aproveitamento da terra (DUATs) e mercado paralelo de terra por elites locais e centros de poder; (iv) perturbação dos níveis de produção, sobretudo alimentar, causada pela ocupação de terras onde se praticava a agricultura, sobretudo de subsistência, para implantação e operacionalização dos megaprojetos; (v) acesso a emprego e melhores con-

dições de vida; (vi) instabilidade social, relacionada com conflitos de terra, migrações forçadas e criminalidade; (vii) movimentos sociais, como greves ou outro tipo de reivindicações e manifestação de descontentamento e indignação; (viii) valores socioculturais antropológicos e de identidade cultural.

Apresentam-se de seguida os principais traços das visões dos três grupos de atores quanto ao impacte económico e social da atividade da mineração, identificados nas entrevistas realizadas:

- *Atores ligados às empresas de exploração do carvão em Moatize* - (i) a área de exploração do carvão que rodeia a vila e o seu crescimento descontrolado pressionam as áreas de concessão; (ii) a mineração atual cria uma cadeia de empregos de forma direta e indireta (habitantes de Moatize que trabalham para as empresas mineiras ou que prestam serviços domésticos para os trabalhadores das minas ou que trabalham para as prestadoras de serviço às empresas mineiras); (iii) a mineração incrementa a recolha de impostos pelo Estado porque muitas empresas se fixaram em Moatize para prestar serviço às mineradoras; (iv) há falta de compromisso do Estado - “o que não avançou e está a faltar é o Estado cumprir o seu papel de construir e melhorar a qualidade das infraestruturas e equipamentos públicos que contribuem para uma melhor qualidade de vida da população”²; (v) o investimento social para as mineradoras não constitui prioridade, pois a sua vocação é a extração do carvão e, em situação de crise, a área social é a primeira a sofrer cortes; (vi) a reação popular aos problemas ocorridos nos reassentamentos foi reprimida pela polícia, resultando em “banhos de sangue”, porque a população usou um “método que é contra a lei”.

- *Atores ligados ao Governo* - (i) as mineradoras multinacionais trouxeram uma dinâmica económica que atraiu pessoas para Moatize, condicionando a procura de espaço; (ii) as ocupações desordenadas começaram no tempo da guerra dos 16 anos, atualmente, os erros desse tempo condicionam as novas ocupações ou regularizações; (iii) a mineração atual trouxe emprego, estabelecimentos comerciais, supermercados e hotéis a uma escala que não existia em Moatize; (iv) a população está saturada dos efeitos das detonações, prevendo-se uma reação violenta se não forem tomadas providências urgentes;

- *População residente na região e vila de Moatize* - (i) as populações não sentem o impacto da contribuição das empresas na melhoria da sua qualidade de vida e bem-estar; (ii) existe insatisfação pelos efeitos das detonações e impossibilidade de pastagens, busca de lenha, fabrico de carvão e tijolo cozido por causa da vedação da área mineira; (iii) as mineradoras estrangeiras apenas estão interessadas nos lucros, não no bem-estar da população; (iv) quando a empresa de exploração do carvão era estatal, as políticas centrais exigiam maior cuidado e consideração pelo bem-estar da população local; (v) as expectativas de que as novas mineradoras resolveriam os problemas de falta de emprego, água e eletricidade, à semelhança do que acontecia com a mineradora estatal, foram goradas causando nostalgia do passado; (vi) os casos frequentes de roubos na área industrial e a vandalização da cerca montada pela empresa Vale estão relacionados com a falta de emprego; (vii) as populações locais não beneficiam dos empregos na mina, que acolhem sobretudo os que vêm da capital e de outras províncias.

4. Visões sobre o impacte da mineração ao nível ambiental

Sobre o impacte ambiental da mineração, Bruna (2016) refere-se aos seguintes âmbitos: (i) monitoria e análise da aplicação das leis ambientais vigentes e das medidas de mitigação propostas para atenuar os possíveis efeitos da implementação de megaprojetos nas esferas ambiental, para além de social e económica, com enfoque sobre a água, os solos, o ar e a saúde pública; (ii) mudanças na paisagem relacionadas com a desflorestação, a fauna e a flora.

Quanto às visões dos três grupos de atores entrevistados em Moatize em relação ao impacte ambiental da mineração, destacam-se as seguintes:

- *Atores ligados às empresas de exploração de carvão* - (i) para o combate às nuvens de poeira de que a população se queixa, são implementadas as medidas de mitigação previstas e aprovadas nos planos de gestão ambiental; (ii) a poluição do ar e vibrações causadas pelas detonações são monitorizadas e estão dentro dos parâmetros preconizados na legislação moçambicana; (iii) o cenário futuro de uma vila cercada de áreas de mineração não preocupa estes atores, que consideram os

² Este excerto e os que seguem, entre aspas e em itálico, são retirados das entrevistas realizadas aos vários atores no trabalho de campo de 2016.

ruídos e vibrações um custo a ser assumido face ao benefício atual de morar em Moatize e dada a existência de medidas e tecnologias de supressão de poeiras;

- *Atores ligados ao governo* - (i) as poeiras, o ruído e a vibração provocados pelas detonações são a grande desvantagem das minas a céu aberto, que todavia acarretam menos riscos de acidentes mortais que as minas subterrâneas, onde eram frequentes as explosões de grisu; (ii) o governo considera que se deveria aferir se as poeiras causadas pelas detonações estão fora dos padrões ou prejudicam a saúde da população, mas não tem capacidade para tal;

- *População e residentes na região e vila de Moatize* - (i) a mina subterrânea tinha muito menos impacto ambiental por não demandar desmatamento e detonações que levantam nuvens de poeiras e prejudicam a saúde pública; (ii) o governo e as empresas têm a obrigação de juntos resolver os problemas ambientais causados pelas detonações porque a população não tem meios para o fazer.

5. Visões sobre o impacto da mineração ao nível territorial

Para Bruna (*ibid.*), o impacto da mineração ao nível territorial observa-se nos seguintes âmbitos: (i) instalação de uma série de infraestruturas de logística e de escoamento da produção, como estradas, vias férreas e assentamentos urbanos (de raiz ou extensão dos existentes); (ii) crescimento desequilibrado dos aglomerados e densificação demográfica em redor dos megaprojetos, devido às migrações, sem o correspondente crescimento de infraestruturas e oferta de serviços ao cidadão; (iii) reassentamentos, com implicação na qualidade, no modo de vida e nas relações da população com a natureza, ao nível da habitação, das práticas agrícolas, da extração de água, lenha, carvão, caça, etc.; (iv) desigualdades socio-espaciais, no acesso à habitação, à comunicação, ao mercado, às instituições públicas, à educação e à saúde; (v) conflitos de terra, migrações forçadas; (vi) conflito entre a expansão urbana e áreas de exploração mineira com eventual deslocação da vila ou partes desta; (vii) dinâmicas, tipologias e desigualdades residenciais e de mercado imobiliário; (viii) aumento e melhoria de infraestruturas públicas e equipamentos sociais, em resposta às necessidades do mercado emergente associado aos megaprojetos.

Das visões dos três grupos de atores identificados em Moatize, quanto ao impacto da mineração a nível territorial, sublinham-se as seguintes:

- *Atores ligados às empresas de exploração do carvão* - (i) a vila de Moatize está a crescer de forma descontrolada, rápida e sem nenhum plano territorial; (ii) apesar de em Moatize faltar água e eletricidade, parques, campos de jogos, áreas verdes, hospitais e escolas condignas, existe potencial para reverter a situação, o que depende muito do governo; (iii) as construções desordenadas em Moatize resultam da fraca capacidade institucional do CMVM; (iv) face à especulação do mercado imobiliário local, a Vale construiu em Moatize um condomínio habitacional com 280 unidades para os seus trabalhadores “regionais” (contratados de outras províncias do país); (v) as populações reassentadas “são muito violentas para com as empresas por estas as terem deslocado das suas origens, imputando [às empresas] a responsabilidade por qualquer falha que exista nas áreas anfitriãs”; (vi) a possibilidade – questionada na entrevista – de um reassentamento de toda a vila de Moatize é, para as empresas mineradoras, um cenário a considerar caso seja sustentável e o custo do carvão sob a vila o justifique;

- *Atores ligados ao governo*: (i) Moatize não tem capacidade (recursos humanos, técnicos e financeiros) para elaborar planos territoriais, daí o desordenamento espacial; (ii) como alternativa à falta de recursos, a administração de Moatize recorre a técnicas básicas de planeamento físico para parcelamento de novas áreas; (iii) a mineração permitiu que “muita gente trabalhasse e pudessem construir casas de alvenaria, por isso a vila cresceu e continua a crescer e a procura de terra para construção aumentou muito”; (iv) uma vez que já “não há novas áreas para construção de habitação dentro da vila”, o CMVM solicitou à Administração do Distrito a ampliação da área do seu território; (v) se se constatar que as detonações e nuvens de poeira prejudicam a saúde da população, os atores entrevistados prevêem a remoção das populações mais próximas da mina ou a vila inteira, considerando que a lei de minas está acima das outras leis.

- *População e residentes na região e vila de Moatize* - (i) a necessidade de ocupação de



terras para mineração a céu aberto levou à expropriação e reassentamento de mais de 1.000 famílias, cuja maioria não está satisfeita com a nova condição, pois “*têm o sentimento de que perderam*” com o processo de reassentamento; (ii) as multinacionais e os novos modos de exploração a céu aberto implantados desde 2005 atraíram pessoas para a vila, que cresceu de forma desordenada e descontrolada, sem condições de prover água e energia elétrica para todos e acentuando a degradação das infraestruturas; (iii) quando a exploração de carvão era realizada por uma empresa mineira estatal, a população de Moatize beneficiava das infraestruturas e equipamentos (hospitais, escolas, etc.) proporcionados por essa empresa, o que já não acontece; (iv) nesse período, a vila tinha melhor aspeto visual e funcionava melhor, “*todas as vias de acesso, infraestruturas e casas do acampamento estavam organizadas e conservadas*”; (v) um possível reassentamento de toda a vila é inevitável e é considerado uma boa opção, se o governo oferecer condições melhores à população.

Imagem 3 - Construções desordenadas na encosta

Fonte: autor (trabalho de campo de 2016)

Imagem 4 - Feira no terminal de comboios de passageiros

Fonte: autor (trabalho de campo de 2016)

Imagem 5 - Casa alienada de um entrevistado

Fonte: autor (trabalho de campo de 2016)

Imagem 6 - Pastagem de gado

na margem do rio Moatize

Fonte: autor (trabalho de campo de 2016)

(leitura de cima para baixo)

6. Visões sobre o impacto da mineração ao nível institucional e da relação entre atores

Para Bruna (2016), o impacto da mineração em Estados frágeis e dependentes, ao nível institucional e da relação entre atores, observa-se nos seguintes âmbitos: (i) modernização das instituições do Estado para melhor desempenho das suas funções de regulação e fiscalização, através da capacitação técnica e em recursos, com vista ao aumento do poder negocial, conhecimento da



complexidade de relacionamento com multinacionais, dos mercados e das influências políticas e estratégicas à volta dos recursos naturais, informatização e conexão das instituições através das novas tecnologias; (ii) aplicação de leis de acesso à informação, de forma a garantir elevados níveis de participação dos diferentes atores; (iii) consciencialização das autoridades locais, para dirimir de forma transparente e isenta conflitos de terra entre comunidades e investidores; (iv) desenvolvimento inclusivo e participativo, conseguido na base da coordenação, diálogo e debate entre todos os atores envolvidos, incluindo a população e seus representantes para potenciar os efeitos positivos e minimizar os negativos.

Quanto às visões dos três grupos de atores sobre o impacto da mineração a nível institucional e da relação entre atores, identificaram-se nas entrevistas os seguintes aspetos:

- *Atores ligados às empresas de exploração do carvão* - (i) as empresas agem isoladamente na relação com o governo, sem nunca questionarem o seu orçamento anual e o con-

Imagem 7 - Estação terminal de Moatize

Fonte: autor (trabalho de campo de 2016)

Imagem 8 - Sede administrativa do bairro Liberdade

Fonte: autor (trabalho de campo de 2016)

Imagem 9 - Vedação da área industrial e edificações

Fonte: autor (trabalho de campo de 2016)

Imagem 10 - Tijolaria e vedação da mina

Fonte: autor (trabalho de campo de 2016)

(leitura de cima para baixo)

tributo das outras empresas; (ii) são várias as empresas a exercer pressão sobre o território de Moatize, mas não há um esforço no sentido de juntar as sinergias dessas empresas para atacar os problemas que a vila enfrenta; (iii) os governos municipal, distrital e provincial são “mediadores [das empresas] nas relações com as comunidades” com quem têm “trabalhado muito alinhados”.

- *Atores ligados ao governo* - (i) de forma a que as verbas disponibilizadas pelas empresas sirvam para apoiar a concretização das necessidades definidas pelos governos, no princí-

pio do ano, os governos (distrital e municipal) discutem as atividades previstas nos planos de responsabilidade social de cada empresa, “no sentido de conciliar com as atividades” do Plano Económico e Social de Orçamento Distrital e dos Planos Municipais; (ii) as empresas “não têm nenhuma obrigação” de prestar o apoio monetário ou em espécie que é solicitado pela Administração do Distrito, de forma individual por ofício, mediante a sua atual preocupação; (iii) a Administração e o CMVM têm recebido constantemente queixas da população sobre os efeitos das detonações.

• *População e residentes na região e vila de Moatize* - (i) as entidades de administração do território em Moatize subordinam-se às empresas mineradoras; (ii) não há transparência nas ligações entre as empresas e o governo, suspeitando-se haver ganhos pessoais por parte dos membros do governo; (iii) o governo municipal tem o dever de articular soluções e buscar apoios das empresas, pois este conhece os problemas da vila, mas falta-lhe “flexibilidade e sensibilidade”; (iv) no tempo da mineração subterrânea, a ligação da empresa com as comunidades era muito forte, em contraste com a atualidade, em que não há conexão entre a população e as empresas mineradoras que vieram para desfazer o bem-estar das comunidades; (v) apesar de existirem “núcleos organizados”, desde organizações políticas, sociais e singulares, “o exercício da cidadania nas duas últimas legislaturas [do mandato do presidente Guebuza] sofreu muito”.

7. Espacialização e breve reflexão final

Os Mapas 1 e 2, elaborados em Sistema de Informação Geográfica, ajudam a compreender as visões dos atores sobre o passado (mineração subterrânea) e o presente (da paragem da exploração à atual exploração mineira a céu aberto):

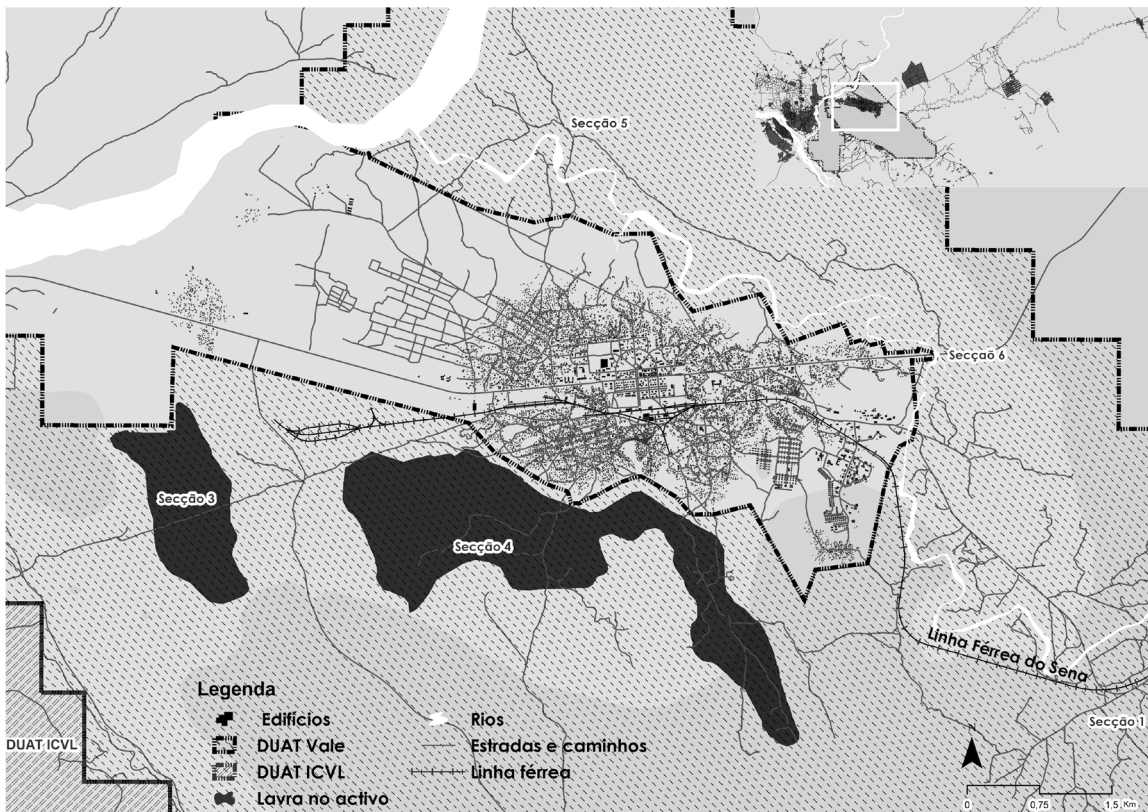
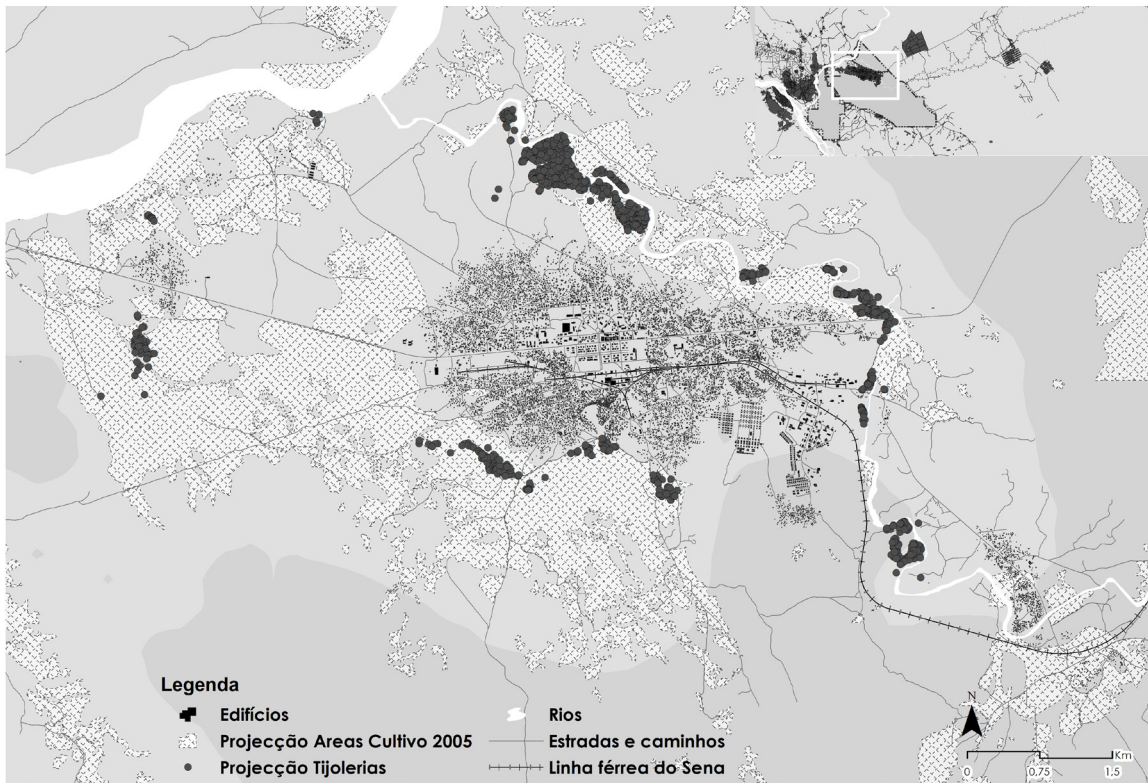
• O Mapa 1 - antes da mineração a céu aberto - retrata um território com áreas agrícolas e de tijolarias à volta da área edificada. No período anterior, a mineração a céu aberto, a mobilidade e a relação da população com os recursos naturais à volta da vila era direta. No mesmo período, as tijolarias localizavam-se em áreas distantes das edificações e eram acessíveis por automóvel (para escoamento do produto). A existência dos acessos e disponibilidade de matérias primas (tijolo), provi-

denciadas pelas tijolarias, contribuíram para a expansão das construções no território.

• O Mapa 2 - atual mineração a céu aberto - retrata o território da vila com uma área construída estendida e bastante mais densificada, delimitada pelas áreas de mineração cada vez mais extensas e que têm estado a ser progressivamente vedadas na medida do avanço da atividade para as secções de lavra mais próximas da vila. A vedação da área de mineração impede a mobilidade e agudiza o conflito entre os vários atores e a população.

Pode-se depreender das visões dos atores entrevistados e da espacialização das grandes transformações resultantes da mineração que os conflitos em Moatize estão sobretudo ligados à expropriação das áreas de subsistência pelas mineradoras, obrigando a alterações radicais do modo de vida dos grupos de famílias reassentadas, bem como dos tijoleiros, dos camponeses e de todos os que usam os territórios à volta da vila para caçar, buscar lenha, produzir carvão vegetal e outras atividades de rendimento ou subsistência.

Face às desavenças e tensões que se vivem e ao avanço da mineração cada vez mais próxima dos edifícios e residentes da vila, causando constrangimentos de várias ordens, a responsabilidade de cada grupo de atores e o futuro da vila não é consensual. As discrepâncias nas perceções sobre o futuro da vila revelam a falta de comunicação entre os grupos de atores e põem em evidência as dificuldades das instituições do Estado em desempenhar o seu papel de mediadoras entre os interesses de sobrevivência e melhoria das condições de vida das populações e os interesses vorazes das empresas de exploração mineira.



Mapa 1: Território da vila de Moatize antes da mineração a céu aberto

Fonte: autor, 2017

Mapa 2: Território da vila de Moatize com a mineração a céu aberto

Fonte: autor, 2017

(leitura de cima para baixo)

Referências bibliográficas

- Bruna, N. (2016), *Metodologia de Estudo dos Impactos dos Megaprojectos*, Maputo: Observatório do Meio Rural.
- Castel-Branco, C. N. (2010), *Economia Extractiva e desafios de industrialização em Moçambique*, Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. N. (2014), “Economia Extractiva e Financeirização: uma abordagem sobre crescimento económico e acumulação em Moçambique”, comunicação apresentada no *Seminário CEsa* (Centro de Estudos sobre África), Lisboa: CEsa.
- Freiria, M. de A. e C. (1973), *Relatório da Inspeção Ordinária feita à Comissão Municipal do Moatize*.
- Ministério da Administração Estatal (MAE) (2002), *Folha Informativa dos Municípios II*, Maputo: Direcção de Desenvolvimento Autárquico.
- Matos, E. A. C. de; Medeiros, R. M. V. (2012), “Exploração Mineira em Moatize, no Centro de Moçambique: Que Futuro para as Comunidades Locais”, em *XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária*, Uberlândia-MG. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1064_1.pdf [Cons. 20/07/2017].
- Mosca, J.; Selemene, T. (2011), *El Dorado Tete: Os Mega Projectos de Mineração*, Maputo: Centro de Integridade Pública.
- Pedro, J. (2011), *Reassentamentos forçados: dos impactes às oportunidades* (Dissertação de mestrado), Lisboa: ISCTE-IUL. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/5270> [Cons. 20/07/2017].
- Selemene, T. (2009), *Alguns Desafios da Indústria Extractiva em Moçambique*, Maputo: Centro de Integridade Pública. Disponível em <http://www.publishwhatyoupay.org/sites/publishwhatyoupay.org/files/Alguns%20Desafios%20da%20Industria%20Extractiva%20em%20Mocambique.pdf> [Cons. 20/07/2017].